

PEÇAS SIMULADAS DA PRÁTICA CÍVEL

7º PERÍODO

Período: 15-02 a 28-03 de 2024

Peça 1: Joana e Carlos se casaram há 10 anos, sob o regime de comunhão parcial de bens. Eles têm dois filhos, Pedro, de 8 anos, e Ana, de 6 anos. Joana é professora e Carlos é engenheiro. Eles possuem uma casa, um carro e uma poupança conjunta. Joana descobriu que Carlos estava tendo um caso com outra mulher e decidiu pedir o divórcio. Ela contratou você como advogado para entrar com uma ação de divórcio litigioso na vara de família, com o intuito de alegar que Carlos era o culpado pela separação. Na ação, Joana explicou que queria ficar com a guarda dos filhos, alegando que Carlos era ausente e irresponsável. E para receber uma pensão alimentícia para os filhos, dos rendimentos de Carlos. Querendo também ficar com metade dos bens do casal, incluindo a casa, o carro e a poupança. Com base nesta casuística, elabore a peça cabível para a solução deste conflito.

DATA PARA ENTREGA: 18 de março de 2024

Peça 2: Mariana e Rafael se conheceram em uma festa e tiveram uma relação sexual sem proteção. Mariana engravidou e, ao comunicar Rafael, ele negou a paternidade e se recusou a ajudá-la. Mariana é estudante e não tem renda fixa, dependendo da ajuda dos pais, que são aposentados e recebem um salário-mínimo cada um. Ela precisa de dinheiro para comprar roupas, medicamentos, fazer exames e se preparar para o parto. Mariana procurou você como advogado para que pudesse entrar com uma ação de alimentos gravídicos contra Rafael, alegando que ele é o pai da criança e que ela não tem condições de arcar sozinha com as despesas da gravidez. Ela não tem condições econômicas para arcar com as custas processuais e honorários advocatícios e levou até você em seu escritório provas da

paternidade, fotos, mensagens e testemunhas que confirmaram o envolvimento entre eles. Com base nesta casuística, elabore a peça cabível para a solução deste conflito.

DATA PARA ENTREGA: 28 de março de 2024

Período: 29-03 a 26-04 de 2024

Peça 3: Paula e Roberto se conheceram há cinco anos e desde então vivem juntos em um apartamento alugado. Eles não têm filhos nem bens em comum. Eles nunca formalizaram a união estável, mas se consideram um casal perante a família e os amigos. Paula descobriu que Roberto estava envolvido em atividades ilícitas e decidiu se separar dele. Ela procurou você como advogado e soube que, para garantir seus direitos, era necessário reconhecer a união estável antes de dissolvê-la. Diante disso ela disse que não tinham bens em comum, mas apresentou documentos pessoais e comprovantes de residência, além de testemunhas que confirmassem a união. Não possuindo condições para arcar com as despesas processuais. Desta forma, ela o contratou para regularizar a sua situação. Elabore as peças necessárias para regularizar este fato.

DATA PARA ENTREGA: 12 de abril de 2024

Peça 4: Luciana e Marcos se divorciaram há dois anos e ficou estabelecido que Marcos pagaria uma pensão alimentícia de R\$ 1.000,00 por mês para o filho deles, João, de 5 anos. Luciana é enfermeira e ganha um salário-mínimo, enquanto Marcos é médico e tem uma renda alta. Eles não têm outros bens em comum. Marcos deixou de pagar a pensão alimentícia há seis meses, alegando que estava com dificuldades financeiras por causa da pandemia. Luciana tentou negociar com ele, mas não obteve sucesso. Ela ficou sem condições de arcar com as despesas do filho, como alimentação, saúde, educação e lazer. Luciana procurou você como advogado para que pudesse entrar com uma ação de execução de alimentos contra Marcos. Ela não possui condições econômicas para arcar com o

processo e os honorários advocatícios. Ela apresentou a você provas dos comprovantes de pagamento da pensão alimentícia até o último mês pago e os extratos bancários que mostravam a ausência de depósitos nos meses seguintes. Com base nesta casuística, elabore a peça cabível para a solução deste conflito.

DATA PARA ENTREGA: 26 de abril de 2024

Período 27-04 a 24-05 de 2024

Peça 5: José comprou um carro financiado por uma financeira, mas perdeu o contato com a empresa após alguns meses de pagamento. Ele tentou localizar a financeira por telefone, e-mail e correspondência, mas não obteve resposta. Ele também consultou os órgãos de proteção ao crédito e descobriu que a financeira estava com o CNPJ cancelado e com várias reclamações de outros clientes. José queria quitar o seu financiamento, mas não sabia como fazer isso sem o consentimento da financeira. Ele procurou seu escritório de advocacia para que pudesse ajuizar a ação cabível para este fim, para que pudesse ser liberado desta obrigação. Ele trouxe todo comprovante de pagamento até o momento quitado e o valor restante do veículo a pagar, trouxe o contrato de financiamento e demonstrou todas as tentativas de localizar a financeira. Com base nesta casuística, elabore a peça cabível para a solução deste conflito.

DATA PARA ENTREGA: 10 de maio de 2024

Peça 6: Fernanda comprou um celular em uma loja online, parcelado em 12 vezes no cartão de crédito. Ela pagou todas as parcelas em dia, conforme o contrato. No entanto, após o término do pagamento, ela começou a receber ligações e mensagens de uma empresa de cobrança, alegando que ela ainda devia o valor integral do celular, com juros e multa. A empresa de cobrança ameaçou Fernanda de negativar o seu nome nos órgãos de proteção ao crédito e de ajuizar uma ação judicial contra ela, caso ela não quitasse a dívida. Fernanda ficou assustada e indignada com a situação. Ela tentou explicar que já havia pago o celular,

mas a empresa de cobrança não aceitou os seus argumentos e continuou a insistir na cobrança. Fernanda procurou seu escritório de advocacia e soube que estava sendo vítima de uma cobrança indevida de dívida, que é uma prática abusiva e ilegal, que viola os direitos do consumidor. Assim Fernanda queria entrar com uma ação judicial contra a empresa de cobrança, pedindo a declaração de inexistência da dívida e a reparação pelos danos morais sofridos. Ela apresentou todos os documentos que comprovassem o pagamento do celular, como o contrato, os comprovantes de pagamento, os extratos do cartão de crédito e as provas da cobrança indevida, como as gravações das ligações, as mensagens e os e-mails. Com base nesta casuística, elabore a peça cabível para a solução deste conflito.

DATA PARA ENTREGA: 24 de maio de 2024

Período 25-05 a 21-06 de 2024

Peça 7: Ana recebeu uma citação para pagar uma dívida de R\$ 50.000,00 referente a um contrato de empréstimo que ela teria feito com uma financeira. Ela ficou surpresa, pois nunca havia contratado nenhum empréstimo com essa empresa. Ela com receio que se tratava de um golpe ou de uma fraude procurou seu escritório de advocacia para que pudesse defendê-la e propor a devida ação. Ana levou todos os documentos que pediu para que comprovassem que ela não era devedora da financeira, como a cópia do seu RG, CPF, comprovante de residência, extratos bancários e declaração de imposto de renda. Com base nesta casuística, elabore a peça cabível para a solução deste conflito.

DATA PARA ENTREGA: 7 de junho de 2024

Peça 8: João é o proprietário de um terreno rural, que foi invadido por um grupo de sem-terra, que montou um acampamento e passou a cultivar a terra. João ficou sabendo da invasão por um vizinho e foi até o local, mas foi impedido de entrar pelos invasores, que alegaram que o terreno era improdutivo e que eles tinham direito de ocupá-lo. João procurou seu escritório de advocacia para propor a devida ação para reaver a posse de sua

propriedade. Após a conversa com você, João apresentou os documentos que comprovassem a sua posse e a propriedade do imóvel rural e apresentou também fotos e vídeos realizados no local, juntamente com o boletim de ocorrência da respectiva invasão. Com base nesta casuística, elabore a peça cabível para a solução deste conflito.

DATA PARA ENTREGA: 21 de junho de 2024

OBSERVAÇÃO: DADOS ADICIONAIS PODERÃO SER CRIADOS PELOS ALUNOS, DESDE QUE SIGAM AS ORIENTAÇÕES DAS CASUÍSTICAS APRESENTADAS.